

REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA E O PLÁGIO NA PESQUISA CIENTÍFICA

Agrazielle Ferreira Galvão, Caroline Kraus Luvizotto

Mestrado em Educação – UNOESTE. E-mail: agrazielle.fg@terra.com.br

RESUMO

A reflexão sobre ética na pesquisa é uma preocupação bastante importante em todas as áreas da ciência, pois o uso da literatura e autores de modo errôneo e ofensivo vem demonstrando cada vez mais situações de plágio em trabalhos que deveriam ser sérios e éticos. Este estudo tem como objetivo discutir a ética na pesquisa científica em tempos de plágio. A abordagem de estudo e a investigação amparam-se na pesquisa qualitativa, tendo como método a pesquisa de levantamento bibliográfico e a pesquisa documental. A falta de ética na pesquisa científica indica a falta de capacidade do pesquisador, pois uma pessoa que copia obra alheia sem autorização e sem citar a fonte, se certifica da sua incapacidade, seja por falta de tempo em pesquisar ou simplesmente por não ter interesse. Acaba por se submeter a algo ilegal; o plágio acaba por revelar desonestidade intelectual.

Palavras-chave: Ética, Pesquisa Científica, Plágio.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre ética na pesquisa é uma preocupação bastante importante em todas as áreas da ciência, pois o uso da literatura e autores de modo errôneo e ofensivo vem demonstrando cada vez mais situações de plágio em trabalhos que deveriam ser sérios e éticos. Ao se buscar orientações e estudos acerca de como elaborar um projeto científico, Paiva (2005) coloca que os livros brasileiros analisados, em sua maioria na área de ciências sociais, ensinam a elaborar projetos de pesquisa, mas, quando tratam da coleta e análise dos dados, o alvo é apenas orientar o leitor a ser bem-sucedido em sua pesquisa, não abarcando como, por exemplo, o modo de executar essa coleta de dados e nem mesmo os cuidados e precauções ao analisar esses dados. A pesquisa científica visa contribuir para a evolução do conhecimento humano em diversas áreas, sendo sistematicamente planejada e executada seguindo rigorosos critérios onde se processa todas as informações que foram colhidas.

Segundo Chauí (1994, p. 340), o termo ético advém do sentido grego de *ethos*: “caráter, índole natural, temperamento”. A ação ética ancora-se, pois, na intencionalidade da ação, na relação da consciência para consigo mesmo, na integridade do ser humano frente a seus semelhantes. A partir dessa definição, espera-se que o sujeito, ao elaborar uma pesquisa científica considere a ética em suas buscas; que a sua pesquisa se baseie na consciência da verdade e as suas palavras tragam a integra dos resultados a partir de pensamentos únicos diante de um

determinado problema; que seja não apenas um sujeito ao elaborar uma pesquisa, mas um sujeito moral, capaz de distinguir entre o bem e o mal e, portanto, capaz de se desviar do caminho prescrito, e capaz de decidir, de escolher e de deliberar pelo reconhecimento da fronteira entre o justo e o injusto. A confluência entre o tema da ética e a matéria educativa se coloca justamente nessa intersecção entre a autonomia da vontade e a possível formação pedagógica que a habilita.

A ética é utilizada para conceituar deveres e estabelecer regras de um indivíduo seja em sua vida social, em suas atividades profissionais, em seu relacionamento com clientes e demais pessoas ou até mesmo nas amizades. Preocupados em como os profissionais atuam em suas áreas e levam a ética acima de qualquer decisão que envolve outro ser humano, surgem os códigos de ética profissionais, os quais oferecem orientações, estabelecem diretrizes, visto como um conjunto de princípios que regem a conduta de uma profissão. É o que se chama de ética profissional, existente em praticamente todas as profissões e na sociedade.

Assim, são inúmeros os códigos de ética e embora se tenha a tentação de associar ética a convicções perenes, o fato é que os valores da sociedade mudam e junto, muda-se o que é considerado ético. Já foi considerado, por exemplo, ético ter escravos, assim como era ético revistar os funcionários na saída do trabalho a fim de conferir que nada havia sido roubado. Neste, o que é relevante é a ética dentro do trabalho acadêmico.

O plágio é uma questão de ética há muitos tempos, já que se refere a uma questão de falta de verdade e moralidade ao se propor algo verdadeiro e moral. Ao se elaborar e apresentar uma pesquisa científica acredita que o que se tem são linhas que transcrevem a verdade de um sujeito de moral, baseado em pesquisas e estudos. Quando o que se tem é plágio, nada mais acontece, do que verdades falsas apresentadas, pois se apossou de verdades de outro alguém. Em outras palavras, é utilizar do texto de outro alguém, dando o próprio nome.

Diante disso, este estudo tem como objetivo discutir a ética na pesquisa científica em tempos de plágio. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva e adota a abordagem qualitativa.

Ética

Quando pensamos em ética, logo vem à ideia de virtude, moral, pois é nestes que a ética ancora sua verdade. Aristóteles (1987) define a virtude como uma disposição de espírito, que desabrocha pela força do hábito. Remeter-se ao hábito requer, contudo, valorizar a formação: daí pode depreender a dimensão pedagógica da ética.

Para o autor existem duas espécies de virtude: a intelectual e a moral, sendo que nem uma nem outra estariam dadas à partida: em matéria intelectual, o lugar da formação seria o ensino; em matéria moral, a aptidão para a virtude decorreria da força do hábito, da prática, e, portanto, da ação social. Aristóteles não descarta, porém, o lugar da natureza na obtenção dos dons humanos. Pelo lugar natural, em tudo o que se revela expressão dos sentidos, o homem adquire a potência, a qual será, há seu tempo, exteriorizada em ato. No tocante à virtude, sucederia outro movimento: é pelo exercício que se adquire a prática do bem ao praticar a justiça, tornamo-nos justos (ARISTÓTELES, 1987, p. 27).

Pelos atos que praticamos com os outros homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo se pode dizer dos apetites da emoção e da ira: uns se tornam temperantes e calmos, outros intemperantes e irascíveis, portando-se de um modo ou de outro em igualdade de circunstâncias. Numa palavra: as diferenças de caráter nascem de atividades semelhantes. É preciso, pois, atentar para a qualidade dos atos que praticamos (Idem, p. 27-28).

A ética seria, portanto, a vida boa enquanto vida justa na esfera coletiva. É na ação social e na relação com os outros que se constitui o fato ético como a desenvolvimento de um exercício.

A Pesquisa Científica e o Plágio: a Ética neste contexto

A definição de plágio é entendida como o ato de assinar ou apresentar uma obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, obra pictórica, fotografia, obra audiovisual), contendo partes de uma obra que pertença à outra pessoa, sem colocar os créditos para o autor original. No ato de plágio, o plagiador se apropria indevidamente da obra intelectual de outra pessoa, assumindo a autoria da mesma. Os países tratam o plágio de maneiras diferentes, as normas são diferenciadas, mas em qualquer parte do mundo, plágio é considerado crime.

Rosales et al (2008, apud GARSCHAGEN, 2006) classificam dois tipos de plágio: o intra-corporeo e o extra-corporeo. O plágio intra-corporeo é aquele no qual um sujeito copia a tarefa de outro quando ambos estão realizando uma mesma tarefa. Já o extra-corporeo é aquele no qual o sujeito copia de fontes externas, como por exemplo, livros, artigos de revistas, monografias e internet.

Mecanismos de identificação do plágio acadêmico

Segundo Lévy (1993) atualmente a técnica é uma das dimensões fundamentais onde está em jogo a transformação do mundo humano por ele mesmo. Com as transformações surgiram

necessidades e a importância de se rastrear e identificar o plágio, além de levá-lo às consequências legais cabíveis (lei nº 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. (Diário Oficial da União) de 20.02.98, Seção I, pág. 3 (por decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso)).

A fim de aumentar as opções do professor, o plágio em questões dissertativas e produções textuais podem ser detectados através de softwares. De acordo com Maurer, Kappe e Zaka (2006), os métodos de descoberta de plágio através de softwares geralmente são divididos em três categorias: comparação entre documentos, busca por parágrafo suspeito na internet e a estilometria. A comparação entre documentos é a mais comum. Nessa categoria, os documentos envolvidos são comparados entre si. Essa comparação pode ser feita de várias maneiras, de acordo com a implementação de cada software. Nos softwares mais simples, a comparação é feita de palavra em palavra. Já nos softwares mais complexos, a comparação é feita por parágrafos.

Há crimes relativos à omissão do direito da personalidade como apagar o nome do autor de um projeto ou relatório e colocar o próprio (FRANÇA, 1999). Ou, então receber o trabalho e reprová-lo ou simplesmente recebê-lo de maneira indiferente e, tempos depois, publicar o mesmo trabalho com outro autor. Não se separa o autor da sua obra. As políticas e práticas de identificação devem ser muito claras para que se evite o amargo sentimento de roubo da ideia.

A busca por parágrafo suspeito na internet é geralmente implantado com o uso de ferramentas de busca como, por exemplo, o Google, etc. Este método só terá sucesso com textos publicados na internet e que estejam disponíveis sem custo algum para os usuários. Por exemplo, as buscas em artigos de revistas na maioria das vezes exigem que o usuário seja assinante da revista.

A estilometria analisa o estilo da escrita do texto através de comparações com documentos previamente escritos pelo mesmo autor. Este método é o mais complicado, pois envolve técnicas sofisticadas de inteligência artificial para a elaboração do software. Porém, se o plágio for parafraseado, o estilo do autor original deixa de existir. Existem vários tipos de softwares; os comerciais são livres, alguns mais complexos, com maior exatidão, outros são livres que podem ser encontrados facilmente em sites.

Com as transformações verificadas nas instituições de ensino superior no que tange as normas, algumas instituições, visando os problemas encontrados anualmente a cada entrega de um projeto de pesquisa, monografia, dissertação e tese, desenvolveram métodos de prevenção para não ocasionar punições e até mesmo perda de títulos acadêmicos ao se remeter ao encontro de plágios nos trabalhos entregues.

A universidade fluminense em Niterói-RJ, criou sua própria cartilha sobre plágio, devido a quantidade de projetos de pesquisa plagiados anualmente. Plágio é crime, e por isso, a propriedade intelectual, em qualquer de suas formas, é protegida por lei.

A legislação brasileira protege a propriedade intelectual. De acordo com o Ministério da Cultura (MinC):

A propriedade intelectual lida com os direitos de propriedade das coisas intangíveis oriundas das inovações e criações da mente estão sob proteção legal a propriedade industrial, os cultivares e também o chamado direito autoral. A propriedade intelectual protege as criações, permitindo que seus criadores usufruam direitos econômicos sobre produtos e serviços que podem resultar de suas obras (BRASIL, 2008).

O conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) definiu um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabelecer parâmetros para investigar eventuais condutas reprováveis. O documento com as diretrizes já está pronto, mas ainda não foi divulgado. No entanto, o coordenador da comissão responsável pelo texto, Paulo Sérgio Beirão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enumerou ao Estado os principais pontos da iniciativa (GONÇALVES, 2011).

Segundo Beirão, o CNPq constituirá uma comissão permanente para difundir informações sobre pesquisa ética, principalmente sob o ponto de vista da publicação científica. O mesmo grupo analisará as denúncias que chegam ao órgão.

O texto proposto pela comissão tipifica quatro condutas ilícitas. Por um lado, a falsificação e a fabricação de resultados. Por outro, o plágio e o autoplágio - definido como a republicação de resultados científicos já divulgados como se fossem novos, sem explicitar a publicação prévia. Também condena a inclusão de autores que só emprestaram equipamentos ou dinheiro, sem colaborar intelectualmente com o artigo científico.

As novas regras preveem que as denúncias de infrações serão submetidas a um juízo prévio da comissão permanente do CNPq. Se forem julgadas verossímeis, o órgão criará uma comissão extraordinária de especialistas para analisar o caso. "A investigação não caberá à instituição onde o cientista trabalha", explica Beirão. "Queremos garantir a imparcialidade", acrescenta.

As punições para os delitos mais graves incluem a suspensão de bolsas e, eventualmente, a exigência de devolução do dinheiro investido pelo CNPq na pesquisa. "Não podemos demitir ninguém. Somos uma agência de fomento: o máximo que conseguimos fazer é cortar a linha de financiamento", aponta o pesquisador da UFMG, Beirão.

Para Gonçalves (apud CHIZZOTTI,1991, p.109) para discutir a ideia de pesquisa documental é preciso esclarecer o que seja um documento. Qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixada por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. e quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de ética na pesquisa científica indica a falta de capacidade do pesquisador, pois uma pessoa que copia obra alheia sem autorização e sem citar a fonte, se certifica da sua incapacidade, seja por falta de tempo em pesquisar ou simplesmente por não ter interesse. Acaba por se submeter a algo ilegal; o plágio acaba por revelar desonestidade intelectual. O plágio em décadas passadas dificilmente era diagnosticado.

Hoje, com Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs as quais correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres, os plágios já podem ser identificados facilmente nos trabalhos de pesquisas. Essas tecnologias são entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de *hardware*, *software* e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

A pesquisa científica sendo plagiada, compromete a qualidade e os resultados. O Brasil tem se destacado nos últimos anos com o crescimento da sua participação na produção científica mundial, hoje em 2,12%. Há dez anos, ela não passava de 1%. Atualmente, a maior preocupação é em relação à qualidade dessa produção, refletida tanto pelo baixo número de citações de artigos brasileiros quanto pelo maior volume de publicações em periódico com baixo fator de impacto.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. “**Ética a Nicômaco**”. Coleção Os Pensadores, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BRASIL. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Implantação de um software detector de plágio para análise das questões dissertativas do ambiente virtual de aprendizagem TelEdu.**

Disponível

em:

http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2008/ARTIGO_17_RBAAD_2008_PESQ_UISA.pdf, acesso em 20 set. de 2011.

BRASIL. *O Estado de São Paulo*. "Direito Autoral: conheça e participe desta discussão sobre a cultura no Brasil". Alexandre Gonçalves. *MinC*, 2008. Disponível em: www.minc.gov.br/http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,cnpq-propoe-diretrizes-eticas-para-pesquisa-781338,0.htm. Acesso em: 05 out. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez,

1991

FRANÇA, R. **Stress & Trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GARSCHAGEN, B. **Universidade em tempos de Plágio**. 2006. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>. Acesso em 15 de set.2011.

GONÇALVES, ALEXANDRE, CNPq propõe diretrizes éticas para pesquisa. **Estadão**, São Paulo, 05, out.2011. Notícia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,cnpq-propoe-diretrizes-eticas-para-pesquisa-781338,0.htm>. Acesso em 19 nov.2011.

LÉVY, PIERRE. **As tecnologias da inteligência**. Coleção trans. Editora 34, 1993.

MAURER, H., KAPPE, F., & ZAKA, B. Plagiarism - A survey. **J-Jucs**, n. 12, vol. 8, 2006, p. 1050-1084.

PAIVA, V.L.M.O. Reflexões sobre ética na pesquisa. **Revista Brasileira de linguística aplicada**. Belo Horizonte, Vo. 5, n.1.p.43-61, 2005.